



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO
CNPJ: 02.940.265/0001-03

RESOLUÇÃO Nº. 003/2013, de 01 de Julho de 2013.

**DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO-PI.**

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo autorizado a disponibilizar de forma integrada, em sítios da rede mundial de computadores (internet), nos termos da lei nº 131 de 27 de Maio de 2009 (Lei da transparência fiscal) e Lei nº 12.527, de 18 de maio de 2011 (Lei de Acesso à Informação), as informações referentes à execução orçamentária e financeira e informações de interesse coletivo ou geral produzidas no âmbito dessa casa Legislativa.

Art. 2º - O Portal da Transparência da Câmara Municipal de São José do Divino-PI disponibilizará de forma simplificada e de fácil acesso e leitura, dentre outras, as seguintes informações:

- I - Orçamento anual e suas execuções;
- II - Contratos;
- III - Convênios;
- IV - Relatório de Passagens e diárias;
- V - Licitações;
- VI - Dispensas e Inexigibilidade de licitação;
- VII - Estrutura do Poder Legislativo;



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO
CNPJ: 02.940.265/0001-03

VIII - Número de servidores concursados, comissionados e estagiários;

IX - Integrantes das Comissões Especiais;

X - Integrantes das Comissões Permanentes;

XI - Projetos em tramitação na casa;

XII - Transferências de recursos para qualquer tipo de organização não governamental, bem como a prestação de contas;

XIII - Portarias, Resoluções e decretos da Mesa Diretora;

XIV - Fechamento financeiro de cada ano;

XV - Balancetes da Receita e Despesa de cada mês;

Art. 3º - Fica autorizado a criação e participação em *sítes* com estrutura social, composto por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns, com a finalidade de dar publicidade aos atos legislativos e o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns e do interesse da municipalidade.

Art. 4º - Caberá ao Presidente da Câmara Municipal tomar todas às providencias cabíveis no sentido de alimentar o site com as informações necessárias para o cumprimento desta Resolução.

Art. 5º - Caberá ao Controlador interno a verificação das informações referentes ao orçamento anual, as despesas diárias e mensais e também as prestações de contas da Câmara Municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO
CNPJ: 02.940.265/0001-03

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de São José do Divino-PI, em 01 de Julho de 2013.

Maria José Santos Machado

MARIA JOSÉ SANTOS MACHADO
Presidente

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Resolução sob o nº 003/2013, nesta Câmara Municipal, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e treze. (01/07/2013).

Maria Betânia Freire Fontenele

MARIA BETÂNIA FREIRE FONTENELE
Secretária



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
RUA: SÃO PAULO, Nº 477 – FONE: (086) 3345-1292
C.G.C.: 03.096.209/0001-99 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PIAUÍ

PORTARIA Nº. 22/2013

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA, estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

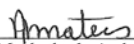
RESOLVE:

NOMEAR a Senhorita **CLAUDIA MENESES CARDOSO**, para exercer o cargo de Assessora Parlamentar desta Câmara Municipal, de provimento em cargo de comissão a partir de 01 de julho de 2013.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de São João da Fronteira, estado do Piauí, 01 de julho de 2013.

São João da Fronteira Piauí, 01 de julho de 2013.


Ângela Maria Machado de Andrade Mateus
Presidente da Câmara Municipal

SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PIAUÍ



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA
RUA: SÃO PAULO, Nº 477 – FONE: (086) 3345-1292
C.G.C.: 03.096.209/0001-99 – CEP 64.243-000
SÃO JOÃO DA FRONTEIRA - PIAUÍ

PORTARIA Nº. 23/2013.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA FRONTEIRA, estado do Piauí, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

NOMEAR o Senhor **FERNANDO LOPES DA SILVA**, para exercer o cargo de TESOUREIRO desta Câmara Municipal, de provimento em cargo de comissão a partir de 01 de julho de 2013.

Publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de São João da Fronteira, estado do Piauí, 01 de julho de 2013.

São João da Fronteira Piauí, 01 de julho de 2013.


Ângela Maria Machado de Andrade Mateus
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DO PIAUÍ
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO
CNPJ: 02.940.265/0001-03

RESOLUÇÃO Nº. 003/2013, de 01 de Julho de 2013.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO-PI.

A PRESIDENTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo autorizado a disponibilizar de forma integrada, em sítios da rede mundial de computadores (internet), nos termos da lei nº 131 de 27 de Maio de 2009 (Lei da transparência fiscal) e Lei nº 12.527, de 18 de maio de 2011 (Lei de Acesso à Informação), as informações referentes à execução orçamentária e financeira e informações de interesse coletivo ou geral produzidas no âmbito dessa casa Legislativa.

Art. 2º - O Portal da Transparência da Câmara Municipal de São José do Divino-PI disponibilizará de forma simplificada e de fácil acesso e leitura, dentre outras, as seguintes informações:

I - Orçamento anual e suas execuções;

II - Contratos;

III - Convênios;

IV - Relatório de Passagens e diárias;

V - Licitações;

VI - Dispensas e Inexigibilidade de licitação;

VII - Estrutura do Poder Legislativo;

VIII - Número de servidores concursados, comissionados e estagiários;

IX - Integrantes das Comissões Especiais;

X - Integrantes das Comissões Permanentes;

XI - Projetos em tramitação na casa;

XII - Transferências de recursos para qualquer tipo de organização não governamental, bem como a prestação de contas;

XIII - Portarias, Resoluções e decretos da Mesa Diretora;

XIV - Fechamento financeiro de cada ano;

XV - Balancetes da Receita e Despesa de cada mês;

Art. 3º - Fica autorizado a criação e participação em sites com estrutura social, composto por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns, com a finalidade de dar publicidade aos atos legislativos e o compartilhamento de informações, conhecimentos, interesses e esforços em busca de objetivos comuns e do interesse da municipalidade.

Art. 4º - Caberá ao Presidente da Câmara Municipal tomar todas as providências cabíveis no sentido de alimentar o site com as informações necessárias para o cumprimento desta Resolução.

Art. 5º - Caberá ao Controlador interno a verificação das informações referentes ao orçamento anual, as despesas diárias e mensais e também as prestações de contas da Câmara Municipal.

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

(Continua na próxima página)

**ESTADO DO PIAUÍ**
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO DIVINO
CNPJ: 02.940.265/0001-03

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidente da Câmara Municipal de São José do Divino-PI, em 01 de Julho de 2013.

Maria José Santos Machado
MARIA JOSÉ SANTOS MACHADO
Presidente

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Resolução sob o nº 003/2013, nesta Câmara Municipal, ao primeiro dia do mês de Julho do ano de dois mil e treze. (01/07/2013).

Maria Betânia Freire Fontenele
MARIA BETÂNIA FREIRE FONTENELE
Secretária



UNIDADE MISTA DE SAÚDE JOSIAS CARVALHO
Rua José Dias, Centro – CEP: 64.585-000
CNPJ: 10.580.952/0001 – 85
Simões – Piauí

PORTARIA Nº 002/2013
de 21 de Junho de 2013

A Diretora da Unidade Mista de Saúde Josias Carvalho, Município de Simões, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

NOMEAR: ISAMÁRIA DE CARVALHO DANTAS, para exercer o Cargo de Tesoureira da Unidade Mista de Saúde Josias Carvalho, deste Município.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Paço da Unidade Mista de Saúde Josias Carvalho, em 21 de Junho de 2013.

Maria Lavina de Carvalho
Maria Lavina de Carvalho
Diretora da UMSJC
CPF Nº 511.477.774-20

**ESTADO DO PIAUÍ**
CAMARA MUNICIPAL DE SIMÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO MUNICÍPIO DE SIMÕES – PI NO DIA 24/06/2013 CUMPRINDO O QUE DETERMINA O ARTIGO 48º PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL CUJO OBJETO É A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e treze (24/06/2013) às 19:00 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores iniciou-se os trabalhos como segue: Foi composta a Mesa Diretora assim formada: Excelentíssimo Senhor Prefeito(a) Municipal Francisco Dogizete Pereira, a cónjuge Sra. Edilene Leonor de Lima, o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores Sr. Pedro Custódio de Carvalho, e Senhores Vereadores presentes: Joaquim Honório da Silva, Gilson Cândido de Lima, José Aparecido de Moraes, Francisco Angelo da Silva, e Secretários: Edilberto Abdias de Carvalho, Maria Claudéir Feitosa Carvalho, Maria Claudicéla Feitosa Modesto, Ana Gardênia Lopes e Macêdo. Foi chamado também para compor a atual contadora do Município Sra. Gislane Portela Lima Martins responsável pela apresentação do dados contábeis. Em seguida foi entoado o Hino Nacional. Com a palavra o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Francisco Dogizete Pereira declarou aberto os trabalhos desta Audiência Pública. Em seguida, foi dada a palavra para a Contadora do Município Srª Gislane Portela que iniciou sua fala com esclarecimento sobre o papel da sociedade na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentária do Município, e a importância do ato de participar na elaboração da mesma, a contadora mostrou as planilhas de metas e riscos fiscais, explicando detalhadamente e deixou claro que o Município recebe pouco recursos para destinar a investimentos, e que o valor que foi deixado com esse fim estava sendo previsto através de convênios com o Governo Estadual e Federal em diversas áreas. Mostrou o Repasse do Fundo de Participação dos Municípios que é a maior fonte de arrecadação atual e suas deduções com planilhas e gráficos, espelhou que esse recurso é destinado a manter a Máquina Pública em funcionamento, com os gastos de manutenção, pessoal, encargos sociais, fornecedores dentre outras obrigações. Explicou que os recursos de transferências voluntárias constitucionais já tem destinação específica, como os recursos recebidos do FNDE, SUS E MDS. Além desses, destacou os recursos do FUNDEB, que é exclusivo para manter a Educação. Explicou que os recursos de Transferências Constitucionais (FPM, ICMS, IPVA, dentre outros) e Municipais (IPTU, ISS, IRRF, TAXAS, ITBI, ALVARÁ, etc) tem destinação específica quando se trata de índices constitucionais: 15% SAÚDE e 25% a EDUCAÇÃO, e que o não cumprimento é motivo de reprovação de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí e processos judiciais aberto pelo Ministério Público. Mostrou também que o Município tem os recursos próprios como IPTU, ISS, IRRF, TAXAS, ITBI, entretanto, a arrecadação é baixa; Mostrou-se que o Município só conseguiu fazer investimentos quando era beneficiado com Convênios a nível Federal ou Estadual, e que tinha a responsabilidade da Contrapartida que poderia variar entre 1% a 5%, e que isso seria dito no ato do convênio. Além disso, deixou claro que existem convênios como por exemplo: construção de um posto de saúde, quadra poliesportiva, construção de creches, aquisição de ônibus escolar e etc, que ao ser concluída provocaria ônus ao Município para manter em funcionamento. Falou também que o objetivo de estarmos ali era escolher o que era prioridade dentro do nosso Município para o exercício de 2014 e que a escolha dessas prioridades deveria buscar o número de famílias que seriam beneficiadas, a necessidade de cada obra para cada localidade e o caráter de urgência, visto que as necessidades são muitas para um Município que se encontra encravado no cerrado piauiense com pouco recurso para tantas necessidades. Foi aberto espaço para dúvidas sobre os artigos que compõem o projeto de lei. Após os 30 minutos de debates foi facultada a palavra aos Vereadores e em seguida aos demais que estavam

presentes. Não foi feito o uso da palavra. Finalizando com a palavra o Senhor Prefeito Municipal Francisco Dogizete Pereira que encerrou a Audiência Pública. Logo após, a ata foi por mim José Solismar Ribeiro – Secretário Digitada e assinada e repassada para os demais presentes assinarem.

Edilberto Abdias de Carvalho
Francisco Lima Bonfim
João Antonio Carvalho
Raimundo Nonato Feitosa
Francisco Pedro Felix
Maria Antonia de Carvalho
Francisca Edmunda de Sousa Franco